



Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

PGE/ES
PCA
Fls. N° 2265
Nº. Processo 64559459
R:

Processo nº: 64559459

DESPACHO PGE/PCA N.º 00249/2016

Ilustre Procuradora-Chefe, Área I:

Trata-se de procedimento administrativo encaminhado pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER) no qual se formulou consulta sobre a possibilidade de alteração da Cláusula Quarta dos Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços nº 22/2015.

Considerando que a questão prejudicial de natureza tributária foi apreciada no processo administrativo nº 71840273 de forma restritiva, e sem o conhecimento dos documentos de fls. 2.254-57, recomendo o encaminhamento dos autos à Procuradoria Tributária para a competente análise.

Vitória, 01 de setembro de 2016

Leandro Mello Ferreira
Procurador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO: 64559459

RUBRICA: _____

FOLHA: 2266



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

RECEBIDO

REMESSA

Em 01/09/2016 Remeto este(s) auto(s) a:

Às 14h48 min hs.

Procedência

de Candia Em 01/09/2016
Mello

Roberto Beatriz Fernandes
Chefe de Setor: PPI - PGE/ES
Nº Funcional: 2629963

NCA
RECEBIDO
EM, 03/09/16
ASSINATURA



Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

PGE/ES
NCA
FLS. Nº 2267
Nº PROCESSO 64559459
R: *[assinatura]*

Processo Nº: 64559459

Despacho PGE/PCA Nº 00970/2016

Aprovo, por seus próprios fundamentos, o R. Despacho PGE/PCA nº 00249/2016 lavrado à fl. 2265 pelo Ilustre Procurador do Estado Dr. Leandro Mello Ferreira que, em resposta à consulta formulada pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER), recomendou o encaminhamento dos autos à Procuradoria Fiscal para competente análise.

À PFI.

Vitória, 6 de setembro de 2016.

THIAGO ALVES DE FIGUEIREDO
Procurador-Chefe Adjunto da Área II
Procuradoria da Consultoria Administrativa – PCA





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO: 64559499

RUBRICA:

FOLHA: 2268

De ordem,

Encaminha-se a (o) PFI.

Em, 06/09/16.

LETÍCIA RIBEIRO CORREIA
SECRETÁRIA – PCA/PGE-ES

RECEBIDO
PFI

Data: 06/09/16

Hora: 16:16

Rafaela
Fungido

À Chefe/PFI.
Em 12/09/2016
Priscila P. C. Esposito

Priscila Pissinatti C. Esposito
Assessoria Jurídica - PFI/PGE
OAB/ES 18.804





CONSULTA

**Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado**

Processo nº 64559459 (6 vol)

Rubrica _____

Fls. 2269

À PFI,

I – Distribua-se ao Dr. Adriano Frisso Rabelo, para análise e parecer.

Vitória, 13 de setembro de 2016.

JOSÉ ALEXANDRE REZENDE BELLOTE
Procurador Chefe da PFI

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, n.º 1.590, 8º ao 13º andar, Barro Vermelho, Vitória/ES, CEP 29057-550
Tel: (27)3636-5050 – Fax: (27)3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral

Vitória, 26 de setembro de 2016

PROCESSO Nº 71840273

Sr. Chefe,

O Estado do Espírito Santo celebrou contrato para locação de equipamentos de telecomunicações. Apesar do nome, o contrato também engloba, além da locação propriamente dita, os serviços de elaboração de plano de implantação, instalação, configuração e ativação dos equipamentos, suporte e manutenção corretiva e capacitação dos usuários.

Para fins de faturamento pelos serviços prestados, a contratada apresentou recibo de locação (fl. 369). Alega a empresa contratada que a emissão de recibo é correta pois a locação não é considerada serviço e assim não há a exigência de emissão das notas fiscais para as locações.

Nessa linha, consultou a SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO-SEDES sobre a legitimidade do uso de recibo para pagamento dos serviços de locação de equipamentos.

O processo foi remetido para manifestação da PFI, tendo este Procurador salientado a carência de comprovação plena da não incidência de ISSQN na operação em tela, a ensejar que os pagamentos fossem feitos mediante simples recibo.



Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral

Consignei, à época, que, em desejando efetivamente utilizar tal procedimento, a contratada deveria apresentar consulta ou legislação municipal que assim autorizasse.

Após aprovação de meu parecer, a contratada apresentou consulta formulada junto ao Município de Belo Horizonte, através da qual aquele Município chancelou a argumentação da contratada de que, no caso, haveria apenas locação pura e simples, sendo possível a simples emissão de recibo.

Diante ao exposto, entendo que, em face da consulta tributária apresentada pela contratada, os pagamentos em questão podem ser efetuados mediante simples fatura/recibo.

Ressalto, contudo, que a necessidade ou não de se entabular termo aditivo é questão afeta à PCA, devendo, pois, o processo retornar àquela setorial, para fins de oitiva do Procurador vinculado.

Este é o parecer, S.M.J.

Submeto este parecer à apreciação da Chefia.

Assinatura manuscrita em azul do procurador.

ADRIANO FRISSO RABELO
Procurador do Estado - OAB/ES 6.944



**Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado**

Processo: 64559459 (6 vol)

Rubrica

Fls. 2272

Ilmo. Senhor Subprocurador Geral do Estado para Assuntos Jurídicos

Trata-se de parecer elaborado pelo Ilustre Procurador do Estado, **Dr. Adriano Frisso Rabelo**, em atendimento à consulta formulada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento-SEDES, sobre a legitimidade do uso de recibo para pagamento dos serviços de locação de equipamentos.

Acolhemos, por seus próprios fundamentos, a manifestação da lavra do Ilustre Procurador do Estado.

Por fim, vale registrar que a análise empreendida por esta chefia se concentra no exame da congruência interna (fundamentação jurídica) e externa (conformidade do parecer jurídico ao entendimento predominante da setorial) do parecer jurídico aludido, não se adentrando no exame das informações e documentos constantes dos autos.

À superior consideração em razão da competência delegada pela portaria 056-S/2003.

Após, solicito devolução destes autos à PFI para adoção das providências cabíveis.

Vitória, 28 de setembro de 2016.

JOSÉ ALEXANDRE REZENDE BELLOTE

Procurador Chefe da PFI – Procuradoria Fiscal




**Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado**

Processo n.º 64559459(06Vol.)

DESPACHO

1. Acolho a manifestação da lavra do ilustre Procurador do Estado da PFI – Procuradoria Fiscal, Dr. Adriano Frisso Rabelo, às folhas 2270/2271, referendada pelo ilustre Procurador-Chefe, Dr. José Alexandre Rezende Bellote, à folha 2272.
2. Tornem os autos à Procuradoria de Consultoria Administrativa – PCA, para análise conclusiva.

Vitória/ES, 06 de outubro de 2016.


LÍVIO OLIVEIRA RAMALHO
Subprocurador Geral do Estado para Assuntos Jurídicos

Gabinete / P.G.E.
Encaminhe-se a(o)
PCA
Em: **06** / **10** / **16**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO: 64559459

RUBRICA: f.

FOLHA: 2274

Recebi em 06 / 10 / 2016 às 17 : 26 horas.

Paloma Malta Guimarães

Chefe de Setorial – PCA/PGE-ES

De ordem do Procurador Chefe da PCA,

Encaminha-se ao Dr(a). Leandro Mello Ferreira, para
exame e parecer.

Em, 06 / 10 / 2016.

Paloma Malta Guimarães

Chefe de Setorial – PCA/PGE-ES



Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado
Processo nº: 64559459

PARECER PGE/PCA Nº 01353/2016

Ilustre Procurador-Chefe, Área I:

Retornam os autos após manifestação conclusiva da D. Procuradoria Tributária no sentido da possibilidade de os pagamentos decorrentes do objeto da Ata de Registro de Preços nº 22/2015 serem "*efetuados mediante simples fatura/recibo*" (fl. 2.271).

Assim sendo, e considerando ainda o que disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, nada obsta a formalização de Termo Aditivo na referida Ata, se ainda em vigor, e nos Contratos dela decorrentes, nos termo na minuta de fl. 2.247. A propósito, seria possível excluir do Item 1.1 dessa minuta a redação que se segue ao termo "Recibo", a fim de excluir a interpretação de que cada órgão contratante teria de avaliar novamente a possibilidade da alteração, uma vez que já devidamente comprovada nestes autos. Será suficiente, nesse sentido, que a SEGER forneça cópia do despacho de fl. 2.246 e das subsequentes manifestações desta PGE, bem como da minuta a ser observada.

Por sua vez, sugiro que a Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos (SPGA) avalie a aplicação do Enunciado nº 18 do Conselho da Procuradoria Geral do Estado (CPGE/ES), tendo em vista o explícito interesse de que a alteração da forma de pagamento seja efetivada em todos os contratos derivados da Ata de Registro de Preços nº 22/2015, sendo certo que, sendo o caso, poderá ser facilmente suprida a exigência de que a análise por amostragem seja requerida expressamente pelo órgão consulente por meio de diligências (ofício, e-mail, etc.) que completem a instrução processual.

Ante o exposto, com base nas informações constantes nos autos e desde que

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>

NN 2015.02.000369



Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

observadas as recomendações desta PGE, concluo pela possibilidade de formalização por Termo Aditivo da alteração da forma de pagamento dos contratos derivados da Ata de Registro de Preços nº 22/2015.

Vitória, 06 de outubro de 2016

Leandro Mello Ferreira
Procurador do Estado

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>
NN 2015.02.000369



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO: 64559459

RUBRICA: (R)

FOLHA: 22

Recebi e encaminho ao Procurador Chefe da PCA/PGE.

Em, 07/10/2016

K. Paiva
Kenner Carvalhinho Paiva

Secretário da PCA – PGE/ES

De ordem,
A SPGA por advocação
Em, 10/10/2016

Paloma Malta Guimarães
Chefe de Setor – PGE/ES
Nº Funcional 2793091



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE

Recebido em: 10/10/16 às 16h28

De ordem,

Encaminhe-se a(o) SPGA

Em 10/10/16

Betina



**Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado**

2278
64559459
lee

Processo nº 64559459 (6 volumes)

Interessada: SEGER

Assunto: Alteração da ARP - Termo Aditivo - Pagamento mediante recibo.

À SEGER,

No exercício da competência delegada por intermédio da Portaria PGE n.º 056-S/2003, **aprovo** com ressalvas o R. Parecer PGE/PCA nº 01353/2016 lavrado às fls. 2275/2276 pelo Ilustre Procurador do Estado Dr. Leandro Mello Ferreira.

Ressalvo a recomendação de fl. 2275 a respeito da possibilidade de celebração de aditivo à Ata de Registro de Preços nº 22/2015, posto que a referida ata se encontra vencida devido ao recurso de mais de 1 ano de sua publicação, o que impede sua modificação por meio de aditivo.

Ademais, conveniente à manutenção da redação adotada pela SEGER na minuta de fl. 2247, sem a exclusão da redação que se segue ao termo "recibo" - sugerida à fl. 2275-, em virtude de os contratos firmados pelos órgãos e entidades públicas no caso em análise abrangerem serviços distintos da locação de equipamentos, como salientado pela gerente de gestão de contratos e convênios da SEGER à fl. 2246/v, no qual destacou que: *"considerando que existem serviços que poderão ser executados por demanda (remanejamento e treinamentos), na Cláusula Quarta seria mantido faturamento por NOTA FISCAL/FATURA."*

Nota-se que a SEGER busca a utilização do entendimento adotado nos presentes autos aos distintos contratos firmados por diferentes entidades públicas com origem na ARP nº 22/2015. Diante desse objetivo, deve-se aplicar o Enunciado nº 18 do CPGE na espécie, como salientado pelo Procurador vinculado à fl. 2275, tornando-se desnecessária a solicitação expressa de incidência do referido enunciado. Nesse passo, defiro a análise por amostragem, sendo, pois, cabível a adoção desse procedimento desde que nos autos em que for utilizado o parecer paradigma sejam cumpridas as seguintes diligências: a) seja atestada a identidade da matéria jurídica;

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel:27-3636-5050 – Fax:27-3636-5056 – e-mail:pge@pge.es.gov.br – Website: <http://www.pge.es.gov.br>



PGE/ES 2279
GABINETE
Fls. Nº:
Nº Processo: 64559459
R.: JLL

Governo do Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

b) seja comprovada a identidade das matérias mediante cópia da manifestação jurídica aprovada como paradigma; c) seja atestado o cumprimento das recomendações indicadas na manifestação jurídica aprovada como paradigma.

Vitória/ES, 11 de outubro de 2016.


LUIZ HENRIQUE MIGUEL PAVAN

Subprocurador-Geral do Estado para Assuntos Administrativos

Gabinete / P.G.E.
Encaminhe-se a(o)
Em: 11/10/16